



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

PROTOCOLO SIC [REDACTED]

SECRETARIA: Secretaria da Segurança Pública

ASSUNTO: Pedido de informação formulado por [REDACTED]

DECISÃO OGE/LAI n.º 336/2016

1. Tratam os presentes autos de pedido à Secretaria da Segurança Pública, número SIC em epígrafe, sobre dados das ocorrências policiais no ano de 2016 na Delegacia do Metropolitano - DELPOM.
2. Em resposta, foi fornecido endereço eletrônico para pesquisa estatística criminal para a unidade territorial, com esclarecimentos pertinentes. Ante recurso hierárquico, reafirmou não possuir os dados para a DELPOM, por se tratar de unidade especializada. O interessado, então, apresentou recurso cabível a esta Ouvidoria Geral, conforme atribuição do artigo 32 do Decreto nº 61.175/2015.
3. Em que pese a insatisfação do demandante, a análise do feito demonstra que a decisão recorrida não comporta reforma. Com efeito, a solicitação requer dados da Delegacia do Metropolitano, sendo que o órgão demandado esclareceu que mudança na metodologia de coleta dos dados resultou na indisponibilidade dos dados nos moldes requeridos, estando disponíveis na *internet* as informações coletadas nos termos da Resolução nº 143/2013, da Secretaria da Segurança Pública.
4. Oportuno lembrar que afirmação de órgão público está revestida de presunção relativa de veracidade, conforme entendimento desta Ouvidoria Geral. também adotado em âmbito federal pelo Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle: “A alegação de inexistência de documento/informação por órgão público é revestida de presunção relativa de veracidade, decorrente do princípio da boa fé e da fé pública. Tal posicionamento tem respaldo na doutrina. Nesse sentido, Hely Lopes Meirelles (2013) aduz que os atos administrativos, qualquer que seja sua categoria ou espécie, nascem com a presunção de legitimidade, independentemente de norma legal que a estabeleça. Essa presunção decorre do princípio da legalidade da Administração, que nos Estados de Direito, informa



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

toda a atuação governamental.” (Referência: 08850.000326/2015-22. Órgão recorrido: Departamento de Polícia Federal. Interessado: A.S.F.).”

5. Verifica-se, assim, que o posicionamento adotado pelo ente demandado encontra respaldo na legislação vigente, consoante o disposto no artigo 11, §1º, inciso III da Lei nº 12.527/2011.
6. Ante o exposto, facultado o acesso a dados disponíveis na internet e considerando que o ente demandado afirmou não possuir as informações nos moldes em que solicitadas, **conheço do recurso e nego provimento**, com fundamento no artigo 11, §1º, inciso III, da Lei, e nos termos do artigo 15º, § 1º, item 3 do Decreto nº 58.052/2012, ausentes as hipóteses de provimento recursal previstas no artigo 20 do Decreto.
7. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão – SIC, dando-se ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação, no prazo de 15 (quinze) dias, arquivem-se os autos.

OGE. 30 de novembro de 2016.


GUSTAVO UNGARO
OUVIDOR GERAL DO ESTADO

EMFS